

Uma análise dos efeitos do Programa Jovem de Futuro na educação mineira: trabalho docente e indicadores educacionais de aprendizagem estudantil¹

An analysis of the effects of the Jovem de Futuro Program on education in Minas Gerais: teachers' work and educational indicators of student learning

Izabela Figueiredo Josué² 0009-0004-4143-1242¹

Cilson Cesar Fagiani³ 0000-0002-2800-8106^{II}

¹ Universidade de Uberaba - UNIUBE, Uberaba, MG, Brasil;

izabela.josue@educacao.mg.gov.br

^{II} Universidade de Uberaba - UNIUBE, Uberaba, MG, Brasil; cilsoncf@gmail.com

Resumo

A pesquisa analisa os impactos do Programa Jovem de Futuro (PJF), articulado às ações da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEEMG), sobre o trabalho docente na Rede Estadual de Ensino. O objetivo geral é produzir conhecimento da análise do funcionamento e dos impactos do PJF na rede estadual mineira, desdobrado em objetivos específicos que incluem contextualizar o Programa nas políticas educacionais da SEEMG, investigar suas ações e mecanismos de monitoramento nas escolas e avaliar seus efeitos sobre a autonomia, as condições de trabalho docente e tipo de formação que tem se desenvolvido junto aos sujeitos escolares. A pesquisa utiliza o método dialético, com abordagem qualiquantitativa. Está fundamentado em estudo documental e revisão bibliográfica crítica sobre políticas neoliberais e mercantilização da Educação. Os resultados indicam intensificação do Trabalho Docente, dependência crescente de orientações técnico-gerenciais, formação técnica e aprofundamento da precarização profissional decorrente das orientações do PJF e da SEEMG.

Palavras-chave: Educação Básica de Minas Gerais; Trabalho Docente; Parcerias Público Privadas; Programa Jovem de Futuro.

Abstract

The study analyzes the impacts of the Jovem de Futuro Program (PJF), implemented in conjunction with the actions of the Minas Gerais State Department of Education (SEEMG), on teaching work within the State Education Network. The general objective is to analyze the functioning and impacts of the PJF within the Minas Gerais state education system, with specific objectives that include contextualizing the Program within SEEMG's educational policies, investigating its actions and

¹ Pesquisa vinculada ao projeto “Nova Gestão Pública e Tecnologias Digitais na Educação Básica e Impactos no Trabalho Docente: uma abordagem internacional - Brasil, Argentina e Portugal” coordenado pela Profa. Dra. Fabiane Previtali (UFU) com financiamento do CNPq.

² Mestrado Profissional em Formação Docente para a Educação Básica, UNIUBE, 2025, (bolsista do Programa Trilhas Educadores – SEEMG). Atua como professora de Educação Básica, na Rede Estadual de Minas Gerais, Escola Estadual João Rezende, Uberlândia, Brasil. Vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Educação e as Transformações Sociais Globais. Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-4143-1242> E-mail: izabela.josue@educacao.mg.gov.br

³ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com período Sanduíche na Universidade Nova de Lisboa, em Portugal e Estágio Pós-doutoral na Universidade de São Paulo (USP). Docente no Programa de Pós-graduação Profissional em Educação na Universidade de Uberaba (UNIUBE), Uberlândia –MG/Brasil. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Educação e as Transformações Sociais Globais. Pesquisador com apoio CNPq e Fapemig. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2800-8106> E-mail: cilsoncf@gmail.com

monitoring mechanisms in schools, and assessing its effects on teacher autonomy, working conditions, and the type of training provided to school staff. The research employs a dialectical method and a qualitative-quantitative approach. It is grounded in documentary research and a critical literature review on neoliberal educational policies and the commodification of education. The results indicate an intensification of teaching tasks, increasing dependence on technical-managerial guidelines, technical training, and a deepening of professional precariousness resulting from the platformization of education and the guidelines established by the PJF and SEEMG.

Keywords: Basic Education in Minas Gerais; Teachers' Work; Public-Private Partnerships; Jovem de Futuro Program.

Introdução

O estudo investiga a difusão de modelos de Gestão por Resultados na Educação, com foco na implementação do Programa Jovem de Futuro (PJF) na Rede Estadual de Minas Gerais e sua articulação com Parcerias Público Privadas e processos de plataformação, especialmente por meio do Sistema de Gestão para o Avanço Educacional (SIGAE).

O problema da pesquisa visa compreender como a adoção do PJF, estruturada na lógica da Gestão por Resultados e operacionalizada por plataforma digital de monitoramento, altera a organização do ensino, redefine o papel do Estado e impacta as condições de trabalho docente na Rede Estadual Mineira.

O objetivo geral é produzir conhecimento da análise sobre a atuação do PJF em Minas Gerais e seus efeitos sobre práticas pedagógicas, processos de monitoramento e no trabalho docente. Para isso, o estudo examina a inserção das PPPs nas políticas educacionais, contextualiza a origem e as fases de implantação do PJF, descreve o funcionamento do Sistema de Gestão para o Avanço Educacional (SIGAE) e avalia os impactos do Programa na organização do ensino e nas condições de trabalho docente, considerando os indicadores do IDEB, Saeb e fluxo escolar.

A justificativa decorre da expansão de modelos de gestão inspirados na Nova Gestão Pública, que introduzem mecanismos de controle, metas, indicadores e plataformas de monitoramento capazes de reconfigurar o cotidiano escolar e intensificar o trabalho docente. Analisar esses efeitos é essencial para compreender como tais políticas influenciam a prática pedagógica e a autonomia profissional.

A contribuição original do estudo consiste em oferecer uma análise empírica da implementação do PJF em Minas Gerais, articulando documentos oficiais, referenciais teóricos e indicadores de aprendizagem. Os resultados evidenciam que a lógica de metas, monitoramento e plataformação intensificam a precarização do trabalho docente e promove

uma abordagem tecnicista, orientada ao cumprimento de resultados quantitativos em detrimento de processos formativos mais amplos.

O artigo organiza-se com a discussão inicial sobre as PPPs nas políticas educacionais; apresenta a trajetória do PJF e o funcionamento do SIGAE; analisa a implementação do Programa na Rede Estadual Mineira a partir dos indicadores de aprendizagem (IDEB, Saeb e fluxo escolar); e, por fim, examina seus impactos sobre o trabalho docente e sobre a formação que chega aos sujeitos escolares.

1. Referencial teórico

1.1 As Parcerias Público-Privadas no Brasil: Bases Históricas, Contradições e Implicações para as Políticas Sociais

As Parcerias Público-Privadas (PPPs), conforme o art. 2º da Lei nº 11.079/2004, configuram-se como instrumentos de cooperação entre Estado e iniciativa privada para execução de serviços e obras de interesse coletivo. Marques Neto (2017) caracteriza essas parcerias como relações em que o poder público se associa a terceiros para a prestação de utilidades públicas, afirmando que elas integram “as parcerias na Administração Pública, em que Poder Público se associa com terceiros [...] para a prestação de utilidades públicas à coletividade” (Marques Neto, 2017, p. 2).

É necessário distinguir a parceria público-privada como modalidade contratual específica, regida pela Lei 11.079/2004, de PPP em sentido amplo, expressão frequentemente utilizada para designar formas diversas de colaboração entre Estado e organizações privadas. Essa distinção é central para a análise do Programa Jovens de Futuro (PJF), pois a relação entre o Estado de Minas Gerais e o Instituto Unibanco não constitui uma PPP contratual, mas sim uma PPP, do Acordo de Cooperação Técnica, sem repartição de riscos, contraprestação financeira ou obrigações típicas das concessões patrocinadas ou administrativas. Explicitar essa natureza jurídica torna o argumento mais preciso e permite compreender o PJF como parte de um movimento mais amplo de inserção de atores privados na gestão educacional.

A aproximação entre público e privado remonta ao período colonial, com concessões e influência da Igreja na administração estatal, o arcabouço jurídico contemporâneo das PPPs consolidou-se após a Constituição de 1988. Campos e Damasceno (2020) identificam um processo de amadurecimento institucional que ampliou a segurança jurídica dos contratos e fortaleceu a posição dos agentes privados, observando

“maior segurança aos contratos celebrados [...] e o ente privado está sendo cada vez mais beneficiado” (Campos; Damasceno, 2020, p. 11).

A partir dos anos 1990, especialmente durante o governo Fernando Henrique Cardoso, as PPPs ganharam centralidade como estratégia de modernização administrativa e expansão da infraestrutura. Nos governos Lula, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ampliou o número de projetos e diversificou os setores atendidos, incluindo transporte, saneamento, saúde e educação.

A literatura aponta que a consolidação das PPPs se articula ao avanço da racionalidade neoliberal, que redefine o papel do Estado e transfere responsabilidades públicas ao mercado. Freitas (2005) interpreta esse movimento como forma de privatização indireta, afirmando que “o Estado desresponsabiliza-se por uma gama de serviços e transfere o controle para mecanismos de regulação do mercado” (Freitas, 2005, p. 913). Essa interpretação é útil para compreender a adoção de modelos de gestão educacional orientados por metas, monitoramento e plataformas, centrais no PJJ e no SIGAE.

Essa dinâmica gera tensões entre interesses públicos e privados, especialmente em áreas sociais. Giroux (1986) alerta para a necessidade de analisar criticamente os elementos ideológicos que permeiam políticas públicas, destacando a importância de revelar sua função social. Faoro (2001) acrescenta que a persistência do patrimonialismo na administração pública brasileira cria condições para captura privada do Estado, o que pode influenciar a implementação de parcerias.

Nesse cenário, Adrião e Domiciniano (2018) observam que a governança pública contemporânea incorpora o setor privado como parceiro na elaboração de políticas sob o pressuposto de insuficiência estatal, concluindo que a lógica vigente “assimila o setor privado [...] como agente e parceiro na elaboração das políticas públicas” (Adrião; Domiciniano, 2018, p. 2).

Crises econômicas e políticas também moldam esse processo. Bresser-Pereira (1997) identifica que a crise do Estado iniciada nos anos 1980 reconfigurou pactos políticos e administrativos. Hall (2015) argumenta que, em contextos de crise, governos tendem a buscar soluções rápidas, correndo o risco de aprofundar a dependência de corporações privadas e negligenciar causas estruturais, como “greed, deregulation, and excessive faith in private corporations” (Hall, 2015, p. 131).

Organismos internacionais, como Banco Mundial e BID, desempenham papel relevante na difusão de modelos de gestão alinhados ao neoliberalismo. Mota Júnior e

Maués (2014) evidenciam que tais instituições promovem uma concepção de educação baseada na Teoria do Capital Humano, orientada à produtividade e competitividade globais, expressando “uma concepção burguesa de sociedade e de educação” (Mota Júnior; Maués, 2014, p. 1150). Fagiani (2019) complementa ao destacar que empréstimos condicionados a reformas administrativas reforçaram cortes orçamentários e maior rigor fiscal.

Antunes (2014) relaciona essas transformações à reestruturação produtiva e à hegemonia do capital financeiro, que intensificam a precarização do trabalho e a transferência de responsabilidades públicas ao setor privado.

No caso da educação mineira, esse referencial permite compreender como o PJJ e o SIGAE introduzem práticas de gestão que reorganizam o cotidiano escolar. Embora não se trate de uma PPP contratual, a parceria com o Instituto Unibanco opera como dispositivo de governança que articula metas, indicadores e monitoramento digital, contribuindo para reconfigurar práticas pedagógicas e intensificar o trabalho docente. Assim, a discussão sobre PPPs fornece elementos analíticos para interpretar os efeitos da cooperação público-privada na gestão educacional da Rede Estadual de Minas Gerais.

1.2 As PPPs na Educação: Expansão Neoliberal, Disputas Ideológicas e Desafios Estruturais

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) na Educação brasileira têm sido mobilizadas como estratégia para suprir investimentos que, historicamente, deveriam ser realizados pelo Estado. Embora a relação entre público e privado seja antiga, a intensificação recente está associada ao avanço da lógica neoliberal. Fagiani (2019, p. 37) identifica “o avanço do capital em direção a um elemento básico na formação do trabalhador que é o sistema educativo”, indicando que a educação passa a ser considerada um espaço relevante para a atuação de grupos empresariais.

A inserção das PPPs ocorre em um contexto no qual a Educação é compreendida como campo de disputa política e econômica. Dias (2014, p. 229) observa que o campo educacional é permeado por conflitos de classe, sendo “terreno fértil para os embates daqueles que buscam conquistar ou manter a apropriação privada do trabalho humano”. Saviani (2015) complementa ao afirmar que a Educação é simultaneamente exigência e processo de trabalho, o que ajuda a explicar a crescente atenção de atores privados às políticas educacionais.

Com a consolidação do neoliberalismo, reformas educacionais passaram a incorporar valores como competição, excelência e gestão empresarial. Barroso (2005) identifica que tais reformas importaram práticas gerenciais para o setor público, contribuindo para reorganizar a oferta educacional segundo parâmetros de eficiência. Esse movimento é relevante para compreender políticas que introduzem metas, monitoramento e padronização de processos, como ocorre no Programa Jovens de Futuro (PJF) e no SIGAE.

O lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007 ampliou a participação de grupos empresariais em políticas educacionais. Amaral e Silva (2019) destacam que o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi apoiado por iniciativas como o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que envolveu fundações empresariais como Bradesco, Itaú Social, Lemann e Instituto Natura. Esse arranjo favoreceu a atuação de organizações como Instituto Ayrton Senna e Fundação Lemann em políticas de alfabetização, gestão escolar e inovação tecnológica.

Paralelamente, movimentos como Escola Sem Partido reforçaram disputas ideológicas sobre o papel da escola. Batista, Orso e Lucena (2019, p. 8) observam que tanto o Todos pela Educação quanto o Escola Sem Partido se apoiam na ideia de neutralidade do conhecimento, que, no contexto neoliberal, “orienta os conteúdos e métodos [...] para os conhecimentos e valores que servem ao mercado”.

A expansão das PPPs educacionais também produz efeitos sobre a coordenação federativa. Saviani (2014, p. 60) alerta que a adesão voluntária de estados e municípios às políticas federais gera assimetrias regionais, pois o MEC depende de pactuações sujeitas a disputas locais, ficando “na dependência da adesão dos governos de estados e prefeituras sujeitos às oscilações determinadas pelas disputas partidárias”.

A literatura aponta que a lógica gerencial reforça mecanismos de accountability que intensificam controle e regulação. Amaral e Silva (2019) mostram que essa perspectiva desloca responsabilidades para escolas e professores, contribuindo para a fragmentação das políticas educacionais. Saviani (2011, p. 37) observa que a escola passa a atender interesses corporativos, sintetizando a política educacional brasileira como marcada por “filantropia, protelação, fragmentação e improvisação”.

A atuação de organismos internacionais, como Banco Mundial e BID, condicionando empréstimos a cortes orçamentários e maior rigor fiscal, reforça reformas orientadas pelo mercado. Antunes (2014) analisa que esse processo se articula à reestruturação produtiva e à hegemonia do capital financeiro, com impactos sobre o trabalho docente. Saviani (2019)

destaca que, desde os anos 1990, professores passaram a ser pressionados a adotar práticas flexíveis e imediatistas alinhadas às demandas do mercado, enquanto Freitas (2024) defende a construção de modelos de avaliação desvinculados da responsabilização unilateral.

Os índices do IDEB e do PISA (Brasil, 2023b) indicam que a presença de PPPs não tem solucionado desafios estruturais da Educação brasileira, como formação docente, infraestrutura, inclusão digital e desigualdades regionais. Autores como Althusser (1967) e Saviani (2018; 2024) reforçam que a Educação é campo de disputa ideológica e instrumento de reprodução ou superação das desigualdades sociais. Saviani (2024, p. 11) enfatiza a necessidade de garantir ensino de qualidade às camadas populares, afirmando que é preciso “retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino”.

1.3 O Programa Jovem de Futuro: Financeirização, Gerencialismo e Contradições das PPPs na Educação Pública

O Programa Jovem de Futuro (PJF), iniciativa do Instituto Unibanco (IU), constitui um caso relevante da ampliação de parcerias entre Estado e setor privado na Educação brasileira. Sua implementação ocorre em um contexto de reformas orientadas por princípios neoliberais, que ampliam a participação de corporações financeiras na formulação e execução de políticas públicas. O documento analisado indica que esse processo envolve mecanismos como financiamento de campanhas, atuação legislativa e participação direta na elaboração de políticas, contribuindo para decisões que priorizam estabilidade econômica em relação a investimentos sociais.

Freitas (2002) observa que, no âmbito escolar, a lógica predominante não é a busca de lucro direto, mas a redução de custos e de investimentos públicos, alinhada ao ideário do Estado mínimo, que busca “reduzir a pressão tributária sobre os negócios, permitindo maiores margens de lucro e competitividade às corporações privadas” (Freitas, 2002, p. 306). Essa interpretação ajuda a compreender como políticas educacionais passam a ser avaliadas por critérios de eficiência e racionalização de recursos.

A atuação do Instituto Unibanco, mantido por um fundo patrimonial originado da fusão entre Itaú e Unibanco, insere-se em um movimento mais amplo de redefinição das fronteiras entre público e privado. Mészáros (2008) critica essa subordinação das políticas públicas ao capital, afirmando:

Vivemos numa ordem social na qual os requisitos mínimos para a satisfação humana são insensivelmente negados à esmagadora maioria da humanidade, enquanto os índices de desperdício assumiram proporções escandalosas [...]. (Mészáros, 2008, p. 73)

A leitura contribui para interpretar a crescente influência de agentes privados em políticas públicas. O Instituto Unibanco justifica seu foco no Ensino Médio como estratégia de impacto social. Entretanto, sua atuação se orienta por metodologias de gestão inspiradas no setor privado. Torres *et al.* (2022) analisam que esse modelo tende a priorizar eficiência e produtividade, aproximando a organização escolar de processos gerenciais.

O fortalecimento do PJJ ocorre no contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE/2007), que ampliou a abertura para parcerias privadas voltadas à melhoria de indicadores educacionais. Tiecher (2020) observa que o movimento Todos pela Educação ampliou o espaço para entidades empresariais na formulação de políticas públicas, influenciando inclusive o Guia de Tecnologias Educacionais do MEC (Brasil, 2009; 2011), que aproximou redes públicas de soluções desenvolvidas por organizações privadas.

Antunes (2020) analisa que reformas educacionais neoliberais promovem “uma formação volátil, superficial e adestrada para suprir as necessidades do mercado de trabalho polivalente, multifuncional e flexível” (Antunes, 2020, p. 118). O fato de o PJJ ter sido indicado como tecnologia educacional desde 2009 reforça sua vinculação a políticas orientadas por resultados quantitativos e metas de desempenho.

O Programa se estrutura a partir do Circuito de Gestão (CdG), metodologia inspirada no ciclo PDCA. Henriques, Carvalho e Bento (2021) descrevem que o CdG envolve pactuação de metas, planejamento, execução, monitoramento e correção de rotas, com forte dependência de indicadores como IDEB e taxas de aprovação. Trata-se de um modelo gerencial aplicado à gestão escolar, alinhado ao ideário do capital humano. Antunes e Pinto (2018) afirmam que essa abordagem orienta a Educação por “valores de mercado”, configurando “uma nova dogmática da Educação da era do capital flexível” (Antunes; Pinto, 2018, p. 111).

Freitas (2018) critica concepções empresariais de qualidade que reduzem a Educação a métricas quantitativas e testes padronizados, argumentando que tais práticas comprometem processos formativos mais amplos.

Henriques, Carvalho e Bittar (2020) identificam três gerações do PJJ:

1ª Geração (2007–2010): implementada em MG, RS, RJ e SP, com foco direto nas escolas, pactuação de metas e assessoria técnica. Em Minas Gerais, ocorreu durante o governo Aécio Neves.

2ª Geração (2011–2014): expandiu-se para CE, GO, MS, PA e PI, vinculada ao ProEMI. Minas Gerais deixou o Programa durante o governo Anastasia.

3ª Geração (2015–atual): retomada por MG em 2019, sob o governo Zema, com foco em gestão e liderança, sem apoio federal.

Freitas (2018) analisa que essa lógica competitiva pode reproduzir “o darwinismo social, a lei do mais forte” (Freitas, 2018, p. 129), indicando tensões entre políticas de responsabilização e condições reais de trabalho nas escolas.

A literatura aponta que a influência empresarial na Educação contribui para desigualdades regionais e fragiliza a construção de um Sistema Nacional de Educação (SNE). Saviani (2010; 2018) defende a necessidade de um sistema articulado que assegure padrões comuns de qualidade, afirmando que é preciso “assegurar educação com o mesmo padrão de qualidade a toda a população” (Saviani, 2010, p. 384).

Freitas (2024) observa que jovens formados sob essa lógica tendem a enfrentar inserção em mercados de trabalho marcados por precarização, afirmando que muitos serão “futuros desempregados com alguma forma de sobrevivência por conta própria” (Freitas, 2024, p. 5), em um cenário de automação, plataformização e informalidade.

1.4 O Programa Jovem de Futuro em Minas Gerais: Metodologias, Gerencialismo e Implicações para o Trabalho Docente

A análise das metodologias do Programa Jovem de Futuro (PJF) em Minas Gerais exige reconhecer que práticas pedagógicas são construções sociais e carregam intencionalidades políticas, ideológicas e culturais. As metodologias constituem conjuntos de estratégias de ensino orientadas por determinados projetos de formação. Assim, compreender o PJF implica situá-lo no contexto das teorias educacionais brasileiras e das reformas neoliberais que reconfiguram o papel da escola pública.

Historicamente, a Educação brasileira foi marcada por modelos seletivos e hierárquicos. No século XX, movimentos como a Escola Nova buscaram ampliar a participação dos estudantes, mas sua implementação permaneceu restrita. A ditadura militar

reforçou abordagens tecnicistas voltadas à formação de mão de obra. Saviani (2018) sintetiza essa trajetória ao afirmar que, na pedagogia tradicional, “a questão central é aprender”, na pedagogia nova “aprender a aprender”, e no tecnicismo “aprender a fazer” (Saviani, 2018, p. 14). Para o autor, essas abordagens são não críticas porque desconsideram “as determinações sociais do fenômeno educativo” (Saviani, 2018, p. 15). As teorias críticas avançam ao evidenciar a relação entre Educação e sociedade, embora enfrentem limites estruturais em um contexto de desigualdades persistentes.

Saviani (2018) explica que, nas teorias crítico-reprodutivistas, o “aparente fracasso é, antes, a função própria da escola”, que reproduz dominação e seletividade (Saviani, 2018, p. 29). Libâneo (1985) e Saviani (2019) defendem metodologias críticas que assegurem acesso ao conhecimento historicamente produzido.

Inserido no contexto neoliberal pós-LDB/1996, o PJJ adota metodologias orientadas pela gestão por resultados e pelo desenvolvimento de competências técnicas. Henriques, Carvalho e Bittar (2020) descrevem metodologias como Entre Jovens, Introdução ao Mundo do Trabalho, Valor do Amanhã na Educação e Jovem Cientista, destacando sua ênfase em habilidades instrumentais, empregabilidade e projetos individuais. Os autores observam que essas metodologias priorizam conteúdos associados à Educação Profissional, em detrimento da formação propedêutica, o que contribui para uma escolarização voltada ao mercado.

Essa orientação dialoga com a teoria do capital humano e com reformas que buscam formar jovens adaptáveis a mercados flexíveis. Antunes (2020) analisa que tais reformas produzem “uma formação volátil, superficial e adestrada” (Antunes, 2020, p. 118), evidenciando tensões entre objetivos pedagógicos e demandas econômicas.

As metodologias de mobilização — Agente Jovem, SuperAção e Monitoria — também descritas por Henriques, Carvalho e Bittar (2020), reforçam a responsabilização individual e o protagonismo juvenil em uma lógica de autoempreendedorismo. O Guia IU (2010) explicita essa orientação ao afirmar que o objetivo é “concluir o Ensino Médio com desempenho melhorado e ter uma inserção positiva no mercado de trabalho” (IU, 2010, p. 11).

Embora o PJJ tenha flexibilizado a obrigatoriedade das metodologias a partir de 2012, Henriques, Carvalho e Bittar (2020) mostram que a formação de especialistas e coordenadores pedagógicos permaneceu orientada por metas do IDEB e proficiências do Saeb. A autonomia docente é afetada por esse direcionamento, que condiciona práticas pedagógicas ao cumprimento de indicadores.

Freitas (2024) observa que métricas externas não substituem o conhecimento dos professores sobre seus alunos: “os professores não desconhecem o estado de aprendizagem de seus estudantes. Eles apenas não têm as condições necessárias para lidar com os limites que afetam seu desenvolvimento” (Freitas, 2024, p. 9). Saviani (2018) relaciona esse cenário à intensificação do trabalho docente e à redução da autonomia profissional.

O Sistema de Gestão para Avanço Contínuo da Educação (SIGAE) operacionaliza o Ciclo de Gestão (CdG) e centraliza dados das escolas, SREs e SEE. Integrando informações do SIMADE e do Diário Escolar Digital, permite monitoramento contínuo de indicadores, planos de ação e desempenho. O sistema é alimentado por gestores escolares, SREs e SEE, estruturando uma cultura de acompanhamento permanente das práticas pedagógicas.

Fagiani, Previtali e Catani (2021) analisam que tecnologias educacionais podem aprofundar a exploração do trabalho docente ao priorizar ferramentas que “irão gerar mais valor” (Fagiani; Previtali; Catani, 2021, p. 162). Nesse sentido, o SIGAE não se limita a funções administrativas: integra um modelo de gestão que intensifica o controle sobre práticas pedagógicas e reforça a lógica de responsabilização, contribuindo para institucionalizar o PJJ como política pública orientada por resultados.

1.5 Desafios da Escola Pública Mineira: Indicadores, padronização, tecnocracia e limites da autonomia docente

A centralização das decisões educacionais e a padronização dos processos, cada vez mais orientados por planilhas e métricas, aproximam a escola pública de modelos organizacionais do setor privado. Freitas (2014) observa que esse modelo se baseia na “imitação da organização do trabalho da iniciativa privada”, tornando o trabalhador “um apêndice substituível da máquina” monitorado por indicadores (Freitas, 2014, p. 1093).

Esse processo configura uma autonomia assistida, o professor mantém aparência de liberdade metodológica, mas sua atuação permanece condicionada às metas do IDEB, às proficiências do Saeb e às diretrizes do PJJ. Libâneo (1998) destaca que a docência não pode ser reduzida à execução tecnocrática, pois o professor é responsável pela “criação de condições cognitivas e afetivas” que permitam ao aluno atribuir significados ao conhecimento (Libâneo, 1998, p. 11).

O PJJ reforça expectativas relacionadas ao Ensino Médio, como apontam Barros *et al.* (2012), ao afirmar que “o mercado de trabalho tem demonstrado valorizar bastante a educação

de nível médio” (Barros *et al.*, 2012, p. 4). Essa orientação contribui para priorizar habilidades associadas à empregabilidade, enquanto reduz o espaço para práticas voltadas à formação crítica. Freitas (2024) argumenta que qualidade educacional não se estabelece por metas externas, mas deve ser construída em diálogo com a realidade escolar e social.

Os dados do Painel Saeb-Ideb/Minas Gerais (2023), conforme Quadro 1, indicam que embora o fluxo escolar (aprovação) tenha aumentado, as proficiências em Língua Portuguesa e Matemática diminuíram após a pandemia e não apresentaram avanços significativos em 2023. Esse cenário sugere que o PJJ manteve taxas de aprovação, mas sem garantir melhoria correspondente na aprendizagem. A meta do IDEB 2023 ainda se encontrava em formulação no período da escrita da dissertação.

Quadro 1 - Variação do IDEB, Saeb e Fluxo Escolar no Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de MG, 2013 a 2023

Ano	Meta do IDEB	IDEB Atingido	Saeb – Média de Proficiência LP / Mat	Meta Padronizada das Proficiências	Fluxo – Taxa de Rendimento (aprovação)
2013	4,0	3,6	261,43 (LP) / 270,45 (Mat)	4,40	0,81
2015	4,4	3,5	262,96 (LP) / 265,17 (Mat)	4,35	0,80
2017	4,8	3,6	268,49 (LP) / 271,59 (Mat)	4,52	0,79
2019	5,0	4,0	277,84 (LP) / 278,74 (Mat)	4,76	0,84
2021	5,3	4,0	273,83 (LP) / 268,66 (Mat)	4,56	0,88
2023	—	4,0	273,25 (LP) / 269,43 (Mat)	4,56	0,87

Fonte: Adaptado de Minas Gerais (2023).

Freitas (2002) interpreta essa dinâmica por meio dos conceitos de “internalização de custos” e “exclusão branda”. A internalização ocorre quando o sistema escolar reconhece os custos econômicos da repetência e da evasão (Freitas, 2002, p. 304). A exclusão branda se manifesta quando a escola controla indicadores sem enfrentar desigualdades estruturais que afetam o desempenho dos estudantes.

O SIGAE, integrado ao SIMADE, DED, SIMAVE e às avaliações internas e externas da SEEMG, constitui um sistema digital que centraliza dados e monitora ações pedagógicas. Embora ofereça suporte organizacional, também intensifica o acompanhamento das práticas docentes, reforçando uma lógica gerencialista.

Antunes (2023) argumenta que esse “maquinário digital” funciona como mecanismo de controle, reduzindo o professor à execução de tarefas previamente estabelecidas. Previtali e Fagiani (2022) afirmam que a resistência docente é essencial para preservar a Educação como “esfera singular do processo de formação humana” (Previtali; Fagiani, 2022, p. 7).

Giroux (1997) defende o professor como intelectual transformador, capaz de problematizar a realidade e construir conhecimento crítico. O documento analisado indica que a lógica neoliberal limita essa atuação ao “reduzir os professores ao status de técnicos especializados [...] cuja função torna-se administrar e implementar programas curriculares” (Giroux, 1997, p. 158).

Libâneo (1998) reforça que a escola deve formar sujeitos capazes de reconstruir conceitos e valores, o que exige autonomia docente e práticas pedagógicas contextualizadas.

2. Metodologia

Foram adotados os referenciais teóricos de Mattar e Ramos (2021) e Severino (2013) para fundamentar os procedimentos da pesquisa, que utiliza uma abordagem quali-quantitativa. Essa abordagem articula análise documental, revisão bibliográfica e exame de dados educacionais da Rede Estadual de Minas Gerais, permitindo compreender tanto os fundamentos teóricos quanto os efeitos empíricos do Programa Jovem de Futuro (PJF), especialmente no uso do SIGAE, e suas implicações para o trabalho docente e os indicadores de aprendizagem.

Realizou-se levantamento bibliográfico no repositório da CAPES utilizando os termos Parcerias Público-Privadas e, posteriormente, Educação. A busca inicial retornou 1.588 trabalhos; após refinamento, foram identificadas 214 dissertações e 117 teses. Procedeu-se à leitura dos títulos e, em seguida, dos resumos, selecionando os estudos com maior pertinência temática. Os dados quantitativos dessa busca foram organizados em tabelas por ano de publicação. Em etapa posterior, realizou-se busca específica sobre o PJF no período de 2007 a 2024, resultando em 56 trabalhos, novamente filtrados por título e objetivo geral. Esse processo permitiu situar a pesquisa no estado atual do conhecimento sobre PPPs e gestão educacional.

Após o tratamento quantitativo inicial, foram conduzidas análises qualitativas dos resumos e conteúdos selecionados, identificando tendências, lacunas e contribuições relevantes para a discussão sobre PPPs e o PJJ. O refinamento das produções mais recentes permitiu atualizar o estado do conhecimento e integrar obras que compõem o embasamento teórico da pesquisa. O corpus documental inclui também documentos oficiais da SEE/MG, do governo federal e do Instituto Unibanco, como CF/1988, LDB/1996, resoluções, decretos, relatórios, notas técnicas e materiais institucionais.

De acordo com Mattar e Ramos (2021), a revisão bibliográfica é considerada como:

[...] uma fase inicial e essencial de toda pesquisa. Não podemos ignorar o que já foi publicado sobre o tema e o problema que nos propomos a pesquisar; portanto, somente a partir de uma revisão da literatura poderemos compreender melhor o que já foi escrito sobre nossa ideia geral inicial, e, então, definir a perspectiva pela qual pretendemos estudar determinado fenômeno (Mattar; Ramos, 2021, p. 50-51).

A análise empírica envolveu o exame dos indicadores do IDEB, Saeb/SIMAVE e fluxo escolar entre 2013 e 2023, organizados em quadro comparativo. Esses dados permitiram observar relações entre progressão escolar, proficiências e políticas de gestão por resultados.

Analisou-se o SIGAE como dispositivo central do PJJ. O exame da plataforma considerou três dimensões: variáveis estruturantes provenientes do SIMADE e do Diário Escolar Digital (frequência, notas, carga horária, registros escolares); relatórios automáticos contendo comparativos entre escolas, séries históricas, taxas de aprovação, abandono e cumprimento da carga horária mínima; e painéis de monitoramento que apresentam indicadores em tempo real sobre execução dos planos de ação e metas pactuadas. A leitura desses materiais permitiu identificar padrões de uso, níveis de centralização das decisões e mecanismos de controle sobre o trabalho docente, articulando dados administrativos e pedagógicos para orientar decisões na Rede Estadual de Minas Gerais.

A abordagem dialética orientou a interpretação das contradições presentes entre metas, indicadores e práticas escolares, articulando políticas de gestão, atuação docente e resultados educacionais.

Conforme orienta Severino (2013):

[...] o conhecimento não pode ser entendido isoladamente em relação à prática política dos homens, ou seja, nunca é questão apenas de saber, mas também de poder. Daí priorizarem a práxis humana, a ação histórica e social, guiada por uma intencionalidade que lhe dá um sentido, uma finalidade intimamente relacionada com a transformação das condições de existência da sociedade humana. O paradigma dialético é uma epistemologia que se baseia em alguns pressupostos que são considerados pertinentes à condição humana e às condutas dos homens (Severino, 2013, p. 72).

Ao integrar referenciais bibliográficos, documentos oficiais, dados quantitativos e informações do SIGAE, a metodologia permitiu interpretar criticamente as transformações ocorridas na Rede Estadual de Minas Gerais e os efeitos das políticas de gestão por resultados sobre o trabalho docente e os processos de escolarização.

3. Resultados

A análise das Parcerias Público-Privadas (PPPs) na Educação, com base nos documentos oficiais consultados (CF/1988, decretos, acordos, resoluções e relatórios institucionais), evidencia que sua eficácia depende de marcos legais claros, mecanismos de transparência e fiscalização contínua. Os materiais analisados mostram que, embora as PPPs sejam apresentadas como instrumentos para ampliar investimentos e modernizar serviços, sua implementação ocorre em um contexto marcado por tensões entre responsabilidades públicas e interesses privados.

Nos documentos que tratam das PPPs educacionais, observa-se que a busca por eficiência administrativa aparece associada ao uso de indicadores, metas e ferramentas de gestão, o que reflete a influência de modelos gerenciais de orientação neoliberal. Essa tendência é identificada, por exemplo, nos relatórios do Instituto Unibanco e nos guias do Programa Jovem de Futuro (PJF), que enfatizam práticas de monitoramento, pactuação de metas e uso de tecnologias de gestão escolar.

A análise documental do PJF revela um paradoxo, ao mesmo tempo em que o Programa oferece instrumentos de gestão, formação de lideranças e metodologias estruturadas, ele também reforça a centralidade de resultados quantitativos. Os relatórios do SIGAE, por exemplo, apresentam rankings, comparativos entre escolas, taxas de aprovação, abandono e cumprimento da carga horária, evidenciando uma lógica de responsabilização baseada em indicadores. Esses dados mostram que o Programa opera prioritariamente por meio de metas e monitoramento contínuo, o que pode limitar a autonomia das escolas e dos docentes

No caso de Minas Gerais, os indicadores analisados (IDEB, Saeb/SIMAVE e fluxo escolar entre 2013 e 2023) mostram que, embora as taxas de aprovação tenham aumentado, as proficiências em Língua Portuguesa e Matemática não acompanharam esse crescimento. Essa discrepância sugere que a expansão do PJF e o uso intensivo do SIGAE contribuíram para fortalecer práticas de gestão orientadas por fluxo escolar, sem garantir avanços proporcionais

na aprendizagem. Esses resultados empíricos sustentam a interpretação de que o modelo gerencial adotado prioriza metas administrativas em detrimento de processos formativos mais amplos.

A partir desses dados, é possível identificar tensões entre os objetivos declarados do Programa e os efeitos observados nos indicadores educacionais. A literatura analisada (Freitas, 2002; 2014; 2024) contribui para interpretar essas evidências ao apontar que modelos de gestão baseados em controle, metas e padronização tendem a intensificar o trabalho docente e reduzir a autonomia pedagógica. No entanto, tais conclusões são sustentadas aqui pelos documentos e indicadores examinados, e não apenas por inferências teóricas.

Assim, os resultados empíricos mostram que o PJJ, ao articular SIGAE, avaliações externas e metas de desempenho, reforça uma lógica gerencial que privilegia resultados quantitativos. A interpretação crítica desses achados indica que, para fortalecer a Educação Pública como espaço de formação integral, é necessário equilibrar o uso de tecnologias de gestão com políticas que valorizem a autonomia docente, práticas pedagógicas emancipatórias e a democratização do acesso ao conhecimento.

Considerações Finais

A pesquisa permitiu compreender, como as Parcerias Público-Privadas (PPPs) têm influenciado a conformação das políticas sociais e, de modo particular, a Educação Pública brasileira. A análise dos marcos legais, dos relatórios institucionais e dos indicadores educacionais evidencia que, embora frequentemente apresentadas como instrumentos de modernização e racionalização administrativa, as PPPs reforçam a centralidade de modelos gerenciais e ampliam a influência privada sobre decisões que deveriam ser orientadas pelo interesse público.

No campo educacional, os dados analisados mostram que essa lógica da gestão por resultados contribui para o deslocamento de prioridades, a intensificação das desigualdades e o enfraquecimento da construção de políticas de Estado comprometidas com a equidade.

A investigação sobre o Programa Jovem de Futuro (PJJ) em Minas Gerais permitiu observar, como uma PPP se materializa no cotidiano escolar. A análise dos relatórios do SIGAE, dos indicadores do IDEB, Saeb/SIMAVE e do fluxo escolar (2013–2023) revela que o Programa opera ancorado em metas, monitoramento contínuo e instrumentos tecnológicos, produzindo efeitos diretos sobre a organização do Trabalho Docente. Esses mecanismos, ao

intensificarem o controle e reduzirem a autonomia pedagógica, expõem contradições entre os objetivos declarados de melhoria da gestão e os impactos efetivos sobre a dinâmica escolar.

Como contribuição científica, o estudo demonstra que políticas de gestão por resultados, quando articuladas a PPPs, reconfiguram o cotidiano das escolas públicas e produzem tensões estruturais entre eficiência administrativa e formação integral. Ao integrar documentos oficiais, indicadores educacionais e análise crítica, a pesquisa amplia o debate sobre os limites e potencialidades das PPPs na Educação, oferecendo elementos para compreender seus efeitos sobre o trabalho docente e sobre a função social da escola.

Entre as limitações identificadas, destaca-se a ausência de entrevistas e observações diretas nas escolas, o que restringe a análise da experiência concreta dos profissionais diante das plataformas, metas e índices que orientam o trabalho. Além disso, fatores externos como a pandemia e outras políticas educacionais implementadas no período podem ter influenciado os resultados, exigindo cautela na interpretação das relações entre o PJJ e o desempenho escolar.

Diante desses limites, recomenda-se que pesquisas futuras incluam estudos de caso e entrevistas com gestores e docentes, de modo a aprofundar a compreensão sobre os efeitos do PJJ na prática pedagógica. Sugere-se também a realização de investigações comparativas entre redes que adotam e que não adotam o Programa, permitindo avaliar com maior precisão seus impactos sobre a aprendizagem, a gestão e o trabalho docente.

Referências bibliográficas

ADRIÃO, Theresa; DOMICINIANO, Cassia A. A Educação Pública e as Corporações: avanços e contradições em uma década de ampliação de investimento no Brasil. **Revista de Financiamento da Educação**, Campinas, v. 8, n. 3, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/79084>. Acesso em: 12 ago. 2026.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1967.

AMARAL, Gislene A.; SILVA, Marcelo S. P. Gênese da política nacional de formação no contexto das reconfigurações do estado brasileiro no período de 2007 a 2010. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 23, n. 3, p. 498-522, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/12526/8426>. Acesso em: 15 mai. 2026.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo A. **A fábrica da educação**: da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez, 2018.



- ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANTUNES, Ricardo (Org.). **Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais**. São Paulo: Boitempo, 2023.
- BARROS, Ricardo et al. **Impacto do Projeto Jovem de Futuro**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2012.
- BARROSO, João. O Estado, a Educação e a Regulação das Políticas Públicas. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, out. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a02.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2018.
- BATISTA, Eraldo L.; ORSO, Paulino J.; LUCENA, Carlos (orgs.). **Escola sem partido ou a escola da mordada e do partido único a serviço do capital**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.
- BRASIL. **Guia de tecnologias educacionais 2009**. Brasília: MEC, 2009.
- BRASIL. **PISA – Resultados 2022**. Brasília: Inep, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/acoesinternacionais/divulgados-os-resultados-do-pisa-2022>. Acesso em: 04. Maio 2024
- BRASIL. **Relatório do IV Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação 2022**. Brasília: MEC, 2022c.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita L. (Org.). **50 anos de Ciência Econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997: 17-69.
- CAMPOS, Danielly C. B. de; DAMASCENO, Alberto. Parcerias público privada (PPP): trajetória histórica no Brasil e sua inserção na política educacional brasileira. **Perspectiva: Revista do Centro de Ciências da Educação**, Florianópolis, v. 38, n. 1, p. 01-23, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2020.e62834/pdf>. Acesso em: 12 abr. 2026.
- DIAS, Adelino J. de C. **Mundialização do Capital e Expansão do Ensino Jurídico no Brasil: um estudo em Uberlândia**. 2014. 263p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.
- FAGIANI, Cílon C. **Brasil e Portugal: qual a formação do jovem trabalhador no século XXI?**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.
- FAGIANI, Cílon C.; PREVITALI, Fabiane S; CATANI, Afrânio M. A educação escolar sob os impactos da nova gestão pública e das tecnologias digitais. In: SOUZA, Tiago Z.; NOVAES, Gercina S. **Universidade e educação básica: ensino, pesquisa e extensão em defesa de uma educação transformadora**. São Paulo: Navegando, 2021. p. 195-216.
- FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2001.

FREITAS, Luiz Carlos de. A internalização da exclusão. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 23, n. 80, p. 299-325, set. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/BBTXBmMzZdKRNP9wQFgCPyN/?format=pdf&lang=pt&ilang=en>. Acesso em: 15 mai. 2026.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out.-dez. 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. Qualidade negociada: avaliação e contra regulação na escola pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 911-933, out. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/dRvdK8ZOCFhC5D7Fwj6hGDK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2025.

FREITAS, Luiz Carlos de. Entrevista: A “qualidade empresarial” e a “qualidade social” na reforma educacional: causas, consequências e disputas. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 13, n. 3, p. 1-15, set./dez. 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/75234/39424>. Acesso em: 16 jun. 2025.

GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GIROUX, Henry. **Teoria crítica e resistência em educação**: para além das teorias de reprodução. Tradução de Ângela Maria B. Biaggio. Petrópolis: Vozes, 1986.

HALL, David. **Why Public-Private Partnerships (PPPs) Don't Work: The Many Advantages of the Public Alternative**. Londres: Public Services International Research Unit, 2015. Disponível em: https://www.worldpsi.org/sites/default/files/rapport_eng_56pages_a4_lr.pdf. Acesso em: 09 dez. 2024.

HENRIQUES, Ricardo; CARVALHO, Mirela de; BITTAR, Mariana. **Gestão na educação em larga escala**: Jovem de Futuro - de projeto piloto em escolas para uma política de rede pública. São Paulo: Instituto Unibanco, 2020.

HENRIQUES, Ricardo; CARVALHO, Mirela de; BENTO, Fabiana. **Gestão e avanço contínuo em educação**: a teoria da mudança no Programa Jovem de Futuro. São Paulo: Instituto Unibanco, 2021.

INSTITUTO UNIBANCO. **Guia de implantação da metodologia entre jovens**. São Paulo: Instituto Unibanco, 2010. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/api/assets/4f1ca47b-8037-42f6-b52f3690f555435e/>. Acesso em: 03 jun. 2025.



JOSUÉ, Izabela F.. **O Programa Jovem de Futuro na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais**: Trabalho Docente e Indicadores Educacionais da Aprendizagem Estudantil. 2025. 141 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Uberaba, Uberlândia, 2025

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo, Loyola, 1985.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** São Paulo: Cortez, 1998.

MARQUES NETO, Floriano de A. Parcerias público-privadas: conceito. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. In: CAMPILONGO, Celso F., GONZAGA, Alvaro de A.; FREIRE, André L. (orgs.). **Tomo**: Direito Administrativo e Constitucional. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/32/edicao-1/parcerias-publico-privadas>: Acesso em: 9 dez. 2024.

MATTAR, João; RAMOS, Daniela Karine. **Metodologia da pesquisa em educação**: abordagens qualitativas, quantitativas e mistas. Portugal: Almedina, 2021.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAS GERAIS. (SEEMG). **Painel Saeb- IDEB**, Belo Horizonte: Secretaria de Educação de Minas Gerais, 2023.

MOTA JÚNIOR, Willian P., MAUÉS, Olgaíses C. O Banco Mundial e as Políticas Educacionais Brasileiras. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 1137-1152, out./dez. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/bgZNpXhs47jqmwpP6FDqLgF/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 02 jul. 2018.

PREVITALI, Fabiane S.; FAGIANI, Cílson C. **Trabalho docente na educação básica no Brasil sob indústria 4.0**. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 25, n. 1, Jan-abr. 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/ssS88W9PXMt85vTJqV8fFTP/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 10 maio 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 43. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações/Dermeval Saviani- 11.ed.rev.Campinas, SP: Autores Associados, 2011. — (Coleção educação contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. **Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação**. Revista Brasileira de Educação, v. 15, n. 44, p. 380-404, maio/ago. 2010.



SAVIANI, Demerval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

SAVIANI, Demerval. **O livro escola e democracia, quadragésimo ano**. Debates em Educação, Maceió, v. 16, n. 38, 2024.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

TIECHER, Adilson L. **Parcerias público-privadas nas políticas para formação continuada de professores do ensino médio: mercantilização da educação pública brasileira**. 2020. 430 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2020.

TORRES, Alda R.; SALCES, Claudia D.; ALMEIDA, Maria I. de; KASSIS, Renata N. Trabalho e trabalho docente sob a égide do neoliberalismo. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v. 14, n. 36, p. 1044-1061, mai.-ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/1395/1073>. Acesso em: 15 mai. 2026.